

IDENTIDADES CULTURAIS E EMERGÊNCIA DO NACIONALISMO ANGOLANO (C. 1885 - C. 1930)*

António Custódio Gonçalves**

Este é apenas um projecto de investigação mais do que um trabalho acabado. Faltam muitas pesquisas, recolha de materiais e desenvolvimento das problemáticas para que seja possível analisar mais rigorosamente o estudo da emergência do nacionalismo angolano em bases históricas e interdisciplinares sólidas. Acresce ainda que o período cronológico abrangido por este trabalho (1885-1930, aproximadamente) não é fácil de investigar, devido à relativa escassez tanto da reconstrução documental como da multiplicação e renovação dos estudos em torno de uma época que, de forma geral, podemos definir, duplamente, como de consolidação económica do colonialismo e de aparecimento de formas de resistência que se podem perspectivar como proto-nacionalistas. Por isso, este trabalho preliminar deve começar por procurar discutir os dois principais conceitos convocados pelo título deste artigo: identidades culturais e nacionalismo.

1. Identidades culturais

Importa perceber que as ciências sociais actuais têm vindo a especializar um longo caminho hermenêutico que substituiu as noções de identificação cultural, no sentido etnográfico e taxonómico, pela noção de identidades. Identificar culturalmente era, no passado, situar uma cultura numa hierarquia classificativa que geralmente decorria da valorização da noção de civilização sobre a de cultura. Identificar culturalmente era ainda não perceber a alteridade para

* Este artigo desenvolve algumas ideias apresentadas na III Reunião Internacional de História de África - *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885- 1930)* - Lisboa, 20-24 de Setembro de 1999 - Fundação Calouste Gulbenkian. Agradeço as sugestões dos meus Colegas Ivo Carneiro de Sousa e José Maciel Honrado Morais Santos.

** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

privilegiar a colocação em relação a uma cultura dominante. Identificar culturalmente era, finalmente, firmar a univocidade da situação do cultural, não seguindo a sua dinâmica, o seu processo.

Hoje as ciências sociais «descobriram» as identidades e especializaram mesmo uma generosa colecção de adjectivos como estruturas identitárias, sistemas identitários, etc. Em muitos casos, continua a utilizar-se a noção de identidades verdadeiramente para continuar a identificar. Aquilo que procuramos destacar neste trabalho é diferente. Trata-se da ideia de que toda a cultura gera identidade no espaço social, especializando processos úteis para a identificação de pessoas e grupos sociais. Repare-se, não se trata de identificar de fora, mas de utilizar a identidade cultural como modalidade do próprio processo social e histórico. Falar de identidades culturais em Angola obrigará, assim, a precisar espaços, grupos e processos de identificação e não a identificação que de Angola se faz, seja a partir dos poderes coloniais, das elites coloniais ou de outras quaisquer posições anteriores e exteriores.

Entendemos que as dinâmicas das identidades e das alteridades culturais devem ser analisadas numa perspectiva histórica como processos e como estratégias (sociais, culturais e simbólicas), o que contraria as perspectivas de análise essencialistas e nacionalistas.

Neste sentido, é importante analisar o despertar das identidades culturais que esteve na origem da eclosão de resistências activas e da emergência do proto-nacionalismo angolano e os efeitos perversos de uma concepção ocidental das identidades.

Este fenómeno esteve associado a mudanças de paradigmas no domínio das ciências sociais e humanas em relação a África: do domínio do euro-centrismo numa perspectiva exógena passou-se à implementação de paradigmas de análise endógena, sem dogmatismos ou análises redutoras do chamado “neo-negrismo”. Não nos parece adequado nem o discurso culturalista de autenticidade, por um lado, em que o “imperialismo da racionalidade económica” se apresenta associado ao sistema normativo de valores; nem, por outro lado o discurso nativista do chamado “neo-negrismo”. Julgo importante a conjunção da interiorização da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade autóctone e a cultura angolana. Neste sentido, é importante a análise da conjunção da tradição e da modernidade, a articulação da globalização com os particularismos e especificidades próprias da cultura angolana.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são

sempre processos de identificação no tempo e num espaço próprios, constituindo uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades como auto-criações constantes.

2. Nacionalismo

A noção de nacionalismo é ainda mais complexa. Encontra-se estreitamente associada a conceitos de nação e de etnia, cujas ambiguidades e preconceitos são evidentes¹. O conceito de nação está intimamente associado à apropriação e estruturação de um espaço nacional em conjunção com o conceito de desenvolvimento. Utiliza-se geralmente, com graves prejuízos, em íntima conexão com a edificação de Estados-Nação, conquanto nada autorize que um nacionalismo seja obrigado a vazar-se sempre na construção do Estado. Preferimos entender, por isso, nacionalismo como um movimento social e cultural que encontra na reivindicação nacional, dos símbolos à própria exigência de um Estado Nacional, uma construção ideológica, utilizando a noção de ideologia nesse sentido marxiano, ainda válido, de formação de um programa ideológico com expressão social própria, da expressão de classe à expressão de meios sociais. Torna-se, por isso, necessária a dissociação das identidades étnicas e culturais em relação ao poder político, para não se cair no etno-nacionalismo que surgiu muitas vezes, ao longo da História, como um instrumento nas mãos das elites intelectuais e do Estado. O que se trata nesta comunicação é de perseguir o processo que relaciona esta ideologia com aquela identidade.

3. Formas de expressão das identidades culturais e nacionalistas

Nas décadas finais do século XIX até à década de 1930, podem distinguir-se claramente, entre outros, dois eixos problemáticos que organizam a comunicação entre identidade e nacionalismo em Angola:

3.1. A especialização de uma política proteccionista, concretizando, em termos económicos, o desenvolvimento do colonialismo;

3.2. O aparecimento de formas organizadas de oposição à dominação colonial que, como a voz reivindicativa dos «Filhos do País», podem, pelo menos, autorizar a discussão acerca da fundação de um

¹ AMSELLE, J.-L. e M'BOKOLO, E. (dirs) - *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*. LOPES, C. - *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance - pré-colónias*.

processo mais largo de emergência do proto-nacionalismo.

3.1. *A política proteccionista e o desenvolvimento do colonialismo*

A Conferência de Berlim foi determinante quanto à ocupação efectiva dos territórios de cada potência europeia e, consequentemente, quanto à exploração colonial, sobretudo no respeitante ao recrutamento da mão-de-obra, donde resultaram os grandes conflitos sociais coloniais.

O dever do trabalho forçado ficou consagrado através de diversos regulamentos e códigos de trabalho.

Desde a abolição do tráfico de escravos existiu um conflito latente entre os interesses locais angolanos com ligação aos capitais brasileiros e os compromissos internacionais do governo da metrópole. Esse conflito manifestou-se igualmente entre a burguesia metropolitana e a burguesia estabelecida no litoral e no sertão. A eliminação gradual do tráfico trouxe um declínio da prosperidade e do estatuto económico, social e político das elites afro-portuguesas, sobretudo em Luanda e Benguela. Nas décadas de 1880 e 1890, houve uma importante recuperação à base da comercialização de produtos recolhidos ou cultivados pela população do interior como a cera, o marfim, o café e, especialmente, a borracha factores associados ainda à da redução das tarifas aduaneiras².

A situação económica e social tornou-se precária, devido à concorrência dos colonos europeus e aos novos impostos, muito pesados e injustos, que recaíam sobre a população local. Em 1881, por exemplo, é de referir uma petição de 70 chefes de família de Luanda à Fazenda Pública protestando contra o aumento injustificado dos impostos. Várias populações do interior reclamavam contra o poder despótico das oligarquias mestiças mais poderosas das duas principais cidades. O Estado introduziu uma série de leis tributárias que forneceram à administração colonial uma nova fonte de rendimentos. Tais leis, no entanto, provocaram efeitos perversos como, por exemplo, o trabalho forçado e a emigração clandestina para o Zaire (actual

² "Tenho sustentado constantemente em todas as Juntas Geraes da Provincia, que para augmentar as receitas aduaneiras e desenvolver em grande escalla o commercio d'esta colonia, é indispensavel reduzir as suas tarifas a uma pequena percentagem. [...] Brandaremos aqui bem alto, como já o temos feito em todas as Juntas Geraes da Provincia e outros logares: *querem sinceramente o desenvolvimento do commercio e a diminuição do contrabando? Reduzam os direitos de entrada*." PRAZERES, E. A. dos - *A pauta das alfândegas de Loanda, Benguella e Mossamedes approvada por decreto de 16 de Abril de 1892*, p. 3 e 8. Trata-se de um documento importante que não encontramos citado pelos especialistas destas questões.

República Democrática do Congo), Rodésia do Sul (Zimbabwe) e Namíbia.

A influência deste tipo de comércio europeu na segunda metade do séc. XIX gerou várias consequências sociais que importa reflectir. Repare-se que produtos como a borracha, o café ou o amendoim, podiam ser procurados e explorados por qualquer indivíduo, fazendo com que vários novos grupos sociais com acesso aos circuitos comerciais pudessem acumular competências económicas e sociais suficientes para afirmar a sua independência face às autoridades políticas tradicionais africanas; situação esta que se podia obter, entre outros casos, graças ao crédito de comerciantes europeus para liderar caravanas para o interior³.

A rentabilidade deste comércio dependia, no entanto, da importação de bens industriais (tecidos, armas, etc.) para troca com os referidos produtos. Os comerciantes portugueses tinham, a partir dos antigos circuitos escravagistas, intensificado a penetração para o interior e alargado a base do seu "hinterland" comercial, como se verifica com o exemplo típico dos comerciantes que, a partir de Silva Porto, se estabeleceram no Bié e, daí, para o leste de Angola.

A rentabilidade dependia também de uma política livre-cambista. As pautas ultramarinas deveriam ser específicas: o interesse dos comerciantes locais privilegiava a libertação de direitos das mercadorias (portuguesas ou outras) importadas para alimentar o tráfico.

Os interesses da indústria metropolitana forçaram uma revisão pautal em sentido contrário. O ministro Oliveira Martins promulgou, em Janeiro de 1892, uma pauta aduaneira que, para proteger a indústria têxtil algodoeira, agravava fortemente os impostos sobre os têxteis ingleses. Os comerciantes estabelecidos em Luanda e Benguela sentiram-se fortemente lesados porque, em muitas regiões, os têxteis constituíam uma das bases da troca com os produtos locais. Um dos seus argumentos era que uma tal pauta seria contrária aos interesses do fisco, devido ao contrabando feito a partir do Zaire. Pior ainda, os interesses do estado português seriam ainda mais lesados com o desvio das rotas e até das populações para o Estado Livre do Zaire⁴.

Outro foco de conflito baseava-se no estabelecimento de capitais industriais em Angola. Os capitais industriais metropolitanos, espe-

³ Eduardo Ayála dos Prazeres refere, a propósito dos inconvenientes das pautas exageradas, [...] a dificuldade de arranjar dinheiro para pagamento de direitos... o que muito entrava o commercio, além da redução do consummo, consequencia necessaria da elevação de preços - Op. cit. p. 9.

⁴ Veja-se Eduardo Prazeres, op. cit., p. 7-9. Refere ainda, a este propósito, o mesmo autor, "a pauta da provincia parece feita, mais para proteger os interesses dos nossos vizinhos e concorrentes de que para nosso beneficio." - Op. cit. p. 11.

cialmente do têxtil, sempre viram essa possibilidade como a pior das ameaças⁵. O conflito agudizou-se a partir de 1900 devido à crise do comércio da borracha que alimentava grande parte da procura de têxteis metropolitanos em Angola, ocasionando uma forte contracção.

A permanência de conflitos comerciais e o bloqueio metropolitano aos capitais industriais angolanos começou por opor apenas fracções da burguesia da metrópole e da burguesia local. Nos últimos anos da monarquia, este conflito foi intensificado com o estabelecimento de grandes capitais estrangeiros que criaram refinarias, conservas de peixe e outros estabelecimentos industriais em Angola, como são os casos conhecidos da CUF e da DIAMANG. Estes investimentos estão também ligados à criação do Ministério das Colónias, em 1911, e à decisão política de promulgar, em 1914, uma lei estabelecendo que a estrutura financeira das colónias deveria passar a assentar nas suas próprias receitas fiscais. A intensificação da exploração do trabalho forçado das populações locais tornou-se cada vez mais importante para sustentar estas novas realidades económicas, podendo lembrar-se, a propósito, a acção de Norton de Matos que, entre 1912 e 1914, como governador-geral e, mais tarde, de 1921 a 1924, como alto-comissário, tentou limitar estas formas de trabalho, sem grandes resultados, embora com a suspensão do Código de Trabalho Indígena de 1911. Norton de Matos proibiu, igualmente, vários jornais angolanos e limitou as possibilidades de promoção dos funcionários assimilados. A este propósito, são significativos movimentos reivindicativos tais como a insurreição dos Bakongo (1913-1915), a revolta do Kwanza Norte (1916-1917) e a revolta de Catete (1922). Entre 1922 e 1925 houve apenas algumas manifestações contra o trabalho forçado na região entre Luanda e Malange.

Em suma, em todo este período assiste-se à progressiva subjugação das identidades culturais às leis do mercado colonial, incluindo a profunda alteração das condições sociais tradicionais de divisão social do trabalho. Trata-se, assim, de uma contradição de longa duração entre o investimento económico colonial e as estruturas sociais e económicas do mundo social tradicional que oferece um amplo campo de potenciação não apenas dos afrontamentos sociais, mas também da emergência de reivindicações localistas com capacidade para enformarem modalidades de proto-nacionalismo local, regional e geral.

⁵ Veja-se *Relatório e Contas da Gerência de 1897. Parecer da Comissão Revisora da Associação Industrial Portuguesa*, p. 13-15.

3.2. A formação de uma identidade nacional

Neste contexto de resistência à dominação colonial e para a afirmação da consciência das identidades culturais e nacionalistas angolanas, devem salientar-se, entre outras, quatro formas fundamentais de expressão desta consciência: os movimentos literários angolanos, as instituições de ensino e de formação das elites angolanas, as associações cívicas e culturais e os movimentos ditos nativistas, religiosos ou messiânicos.

3.2.1. Movimentos Literários Angolanos

Os conceitos que normalmente se convocam para discutir estas correntes culturais, que sobrelevam temas em torno da angolanidade e do nativismo são problemáticos, como é o caso da dicotomia “nativo” *versus* “gentio” ou ainda das clivagens entre “Filhos da Terra” e populações rurais negro-africanas sensíveis à cristianização. A qualificação conceptual destas questões parece-me insuficiente no estado actual das investigações.

Seja como for, o estudo de fontes literárias e da imprensa, como é o caso exemplar da *«Gazeta de Luanda»*, parece, de facto, exhibir uma dualidade inevitável entre movimentos associados aos «Filhos do País», nitidamente de extracção elitária e urbana, em oposição às correntes que se costumam ler em torno da ideia de «Gentios» ou populações rurais. Trata-se, talvez, de oposições excessivamente evidentes para merecerem um sancionamento científico imediato, obrigando a alargar objectos, temas e problemas de investigação. Este alargamento, para além dos problemas culturais e sociais gerais, deve destacar a obra colectiva *Voz de Angola Clamando no Deserto, Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, livro emblemático da geração nacionalista que revela elevado grau de consciência identitária da Liga Angolana e da Liga Nacional Africana; e sublinhar, igualmente, o papel de reivindicação social do Jornal “*O Negro*” em que se impõe, por exemplo, o nº 3 com o sonante artigo “*Um protesto: a Liga Ultramarina e o problema da representação colonial*”¹⁸. Refiram-se ainda outras publicações importantes como o *Arauto Africano*, o *Angolense* e *Luz e Crença*, esta última de publicação efémera (1902-1903).

¹⁸ Recorde-se que a Liga Ultramarina, organizada em Lisboa em 1910, a que se seguiu a Liga Colonial, foi fundada com o objectivo de “servir de laço fraternal à união de todas as colónias, promovendo a defesa dos seus legítimos direitos e empenhando-se em elevar o seu nível intelectual e moral”.

A debilidade contraditória da sociedade colonial, impossibilitada de desenvolver as populações rurais e incapaz de administrar eficazmente o vasto território de Angola, provocou o florescimento de uma pequena burguesia, sobretudo em Luanda, que se afirmou na defesa de valores que podemos definir em torno de uma identidade angolana. Desde meados do séc. XIX, o despertar nacionalista angolano conjugou-se com as reivindicações da identidade cultural angolana por parte também do chamado movimento de intelectuais mestiços. Intelectuais e jornalistas associaram-se sobretudo nas cidades de Luanda e Benguela, em Angola, e na cidade de Lisboa, numa sinergia de tradição de oposição europeia e de construção de identidade angolana.

O analfabetismo generalizado contrasta com o isolamento dos “assimilados”. O despertar das reivindicações políticas emerge das identidades culturais. As várias formas de expressão das identidades culturais estão associadas à consciência fragmentária do nacionalismo.

O jornalismo oitocentista angolano assume duas fases. A primeira, ainda incipiente e amadora, abrange um vasto leque social, desde agricultores e empregados comerciais a médicos, professores, universitários e magistrados judiciais, como refere Castro Lopo⁷. Trata-se de uma “imprensa livre” que, enfatiza as contradições das tentativas de consolidação da ocupação colonial e o declínio da hegemonia económica, política e cultural, das camadas mais representativas da sociedade angolana. A segunda fase caracteriza-se por um jornalismo de oposição eminentemente polemista, dissecando as várias formas de conflitualidade social, desenvolvido pela elite dos “Filhos do País”.

Refiram-se apenas dois nomes que se impuseram na construção de um quadro de referência societária na literatura com um enfoque de angolanidade: Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894), natural de Icolo-e-Bengo, figura proeminente do séc. XIX, que Mário António considera “o pai da literatura nacional angolense”⁸; e António de Assis Júnior (1887-1960), natural do Golungo Alto. Do primeiro destaquem-se as seguintes obras: *Cartilha racional para se aprender a ler o Kimbundo, escrito segundo a cartilha maternal do Dr. João de Deus*; *Ensaio de Dicionário de Kimbundo-Portuguez*; *Philosophia popular em provérbios angolenses*. Do segundo saliente-se *Relato dos aconte-*

⁷ LOPO, J. de C. - *Jornalismo de Angola*, p. 25.

⁸ ANTÓNIO, M. - *A Sociedade Angolana do Fim do Século XIX e Um Seu Escritor*.

tecimentos de Dala-Tando e Lucala sobre a assunção da defesa dos naturais da Quissama contra os proprietários portugueses do Cazengo; *O Segredo da Morta*; e *Dicionário Kimbundo-Português*. Esta corrente de interesse compósito pela cultura tradicional angolano, do lexical ao etnográfico, estende-se também a autores nascidos em Portugal, mas emigrados e estreitamente ligados às culturas angolanas. Visitem-se a partir da década de 1930, entre vários outros, as obras de dois escritores exemplares destas correntes: António Videira (*Talvez e Angola - dez postais angolano.*) e Tomás Vieira da Cruz (*Quissange-Saudade Negra; Tatuagem; Cazumbi*). Trata-se de sensibilidades literárias e culturais que se compreendem melhor com a ajuda dos trabalhos referenciais de Alfredo Margarido *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, de Mário António Fernandes de Oliveira *A formação da literatura angolana (1851-1950)*, e de José Carlos Venâncio *Literatura e poder na África lusófona*, obras que se podem complementar no campo da história da imprensa com a investigação de Júlio de Castro Lopo: *Jornalismo de Angola subsídios para a sua história*.

3.2.2. Instituições de formação das elites angolanas

A especialização da investigação destes temas deve também compreender algumas instituições educativas com importância crescente na formação de elites angolanas, como são os casos do Seminário-Liceu de Luanda (1907-1919) e, posteriormente, do Liceu Salvador Correia, criado em Fevereiro de 1919. Destas duas prestigiadas instituições saíram, como se sabe, alguns dos principais líderes do nacionalismo angolano, como Américo Machado, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Joaquim Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Mário António Fernandes de Oliveira, Manuel Joaquim Mendes das Neves e tantos outros⁹.

3.2.3. Associações Cívicas e Culturais

Importante se mostra também seguir a criação e o desenvolvimento de associações em que o cultural e o nacional se conjugam cada vez mais, como ocorre, desde 1912, com a criação da Liga Angolana que mais tarde deu origem à Liga Nacional Angolana, bem

⁹ Para um maior desenvolvimento deste assunto, veja-se GABRIEL, M. N., KAMBWA, A. , GONÇALVES, A. C. - Subsídios para a história do Seminário de Luanda.

como, em 1913, a fundação do Grémio Africano, mais tarde denominado Associação Regional dos Naturais de Angola¹⁰. Norton de Matos, em 1922, suspendeu a Liga Angolana e o Grémio Africano, ordenou a detenção de Antônio de Assis Júnior e deportou vários membros da Liga Angola. Em 1931 fundiram-se estas duas organizações sob o nome de Movimento Nacionalista Africano¹¹. Estas duas organizações, constantemente ameaçadas pela administração colonial, suspenderam as suas actividades a partir de 1925 até finais da década de 40, data da chegada maciça de colonos portugueses. Os angolanos tornaram-se estrangeiros no seu próprio país, constituindo a sua capacidade produtiva a única função importante para a administração colonial..

Mário Pinto de Andrade sintetiza modelarmente esta primeira fase da emergência do nacionalismo angolano, relevando três características fundamentais: *a rejeição das resistências étnicas, impregnada de uma versão tutelar do "gentio"; a afirmação de um espaço social específico, produtos da cultura angolana em oposição simultânea com os espaços colonial e étnico; a leitura da realidade histórica influenciada pela componente humanista ocidental*¹².

3.2.4. Movimentos Nativistas e Messiânicos

Todo o programa de investigação sério sobre a génese do nacionalismo angolano nas suas várias vertentes - locais, nacionais, culturais, políticas e sociais - deve também estudar com mais atenção os chamados movimentos messiânicos africanos que, através de diferentes modalidades culturais difíceis de reduzir a uma única categoria analítica, tiveram, igualmente, importância na organização, pelo menos, de formas de consciencialização do nacionalismo. Estas formas de oposição ou de resistência à dominação colonial tinham uma forte implantação rural.

Estes movimentos estiveram associados às revoltas dos camponeses expropriados das suas terras, à proletarianização, à urbanização e a formas de protesto contra o aumento de impostos e à requisição de mão-de-obra barata.

A oposição ao regime colonial esteve associada à fraqueza inicial

¹⁰ A fundação, em 1912, da Junta de Defesa dos Direitos de África, dirigida por intelectuais Santomenses teve pouca expressão. Um ramo dissidente da Junta fundou em 1919 a Liga Africana.

¹¹ Note-se a ambiguidade da palavra "nacionalista" usada no sentido ideológico de "nação portuguesa".

¹² ANDRADE, M. P. de - *Origens do Nacionalismo Africano*, p. 55.

do estado colonial, ao seu regime autoritário, à falta de capitais portugueses e, consequentemente, ao recurso ao trabalho forçado e à política de assimilação.

Até 1914, a administração colonial foi bem instalada nas duas cidades do litoral: Luanda e Benguela; mas no interior a sua acção reduziu-se geralmente a uma política nominal dependendo de alianças frágeis e ambíguas com os chefes locais. Refira-se que até 1914 o país Ovambo no sul era independente; a leste, na Lunda, as terras Tshokwe só foram ocupadas em 1920; a norte, entre os Bakongo, a oposição durou até 1919, enquanto que os Dembos só foram pacificados em 1918.

A capacidade de extração de recursos por parte da metrópole dependia da mobilização e do controlo do trabalho forçado. É elucidativa, a este propósito, a transcrição de Silva Cunha sobre um Relatório oficial de 1893: "Nós precisamos da força de trabalho indígena [...] . O capital necessário para explorá-la, e ela precisa tanto de ser explorada, reside na procura de mão-de-obra abundante, barata, vigorosa..."¹³.

Neste contexto conceptual, parece-me emblemático o Movimento de Kimpa Vita, chefe tradicional da província do Soyo, no noroeste de Angola, nos princípios do séc. XVIII¹⁴. Trata-se de um movimento em que, ao poder recensear-se a recusa de estruturas e instituições impostas do exterior e a afirmação da simbiose da tradição e da modernidade, do multiculturalismo e da conjugação dinâmica de identidades e alteridades, se poderia perspectivar em torno de uma noção de proto-nacionalismo. Não o vou analisar, por estar fora do âmbito cronológico deste artigo, mas não posso deixar de sublinhar que, numa perspectiva braudeliana de longa duração, qualquer projecto sério de investigação da génese do nacionalismo angolano deverá revisitar também este tipo de movimentos.

Na sequência e na lógica do Movimento de Kimpa Vita, desenvolveram-se, na primeira metade do séc. XX, vários movimentos de contestação social e política que se expandiram rapidamente das zonas urbanas ou periurbanas para o interior. Refiram-se, entre outros, os movimentos do Kimbanguismo, que a administração colonial perseguiu violentamente, nos princípios da década de 1920; o Matsouanismo, nos anos 30, e o movimento Mayangi/Nlevo, que desenvolveu a sua acção sobretudo em Cabinda, na década de 1930;

¹³ CUNHA, J. M. S. da - *O trabalho indígena: estudo de direito colonial*, p. 144.

¹⁴ GONÇALVES, António Custódio - *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIII^{ème} siècle*.

a Revolta dos Mafulo em 1918, entre os Bakongo do norte de Angola, e que é considerado como o primeiro movimento messiânico angolano que apresentou a forma de revolta armada; o Kitawala, que se desenvolveu igualmente na década de 1930, na região leste de Angola; e o Tokoísmo que se expandiu em Angola a partir dos anos 50.

No entanto, mesmo nestes casos, as noções conceptuais disponíveis tendem frequentemente a unificar simplificadamente movimentações sociais, religiosas e culturais diversas...

Consideração final

O que se pretende destacar neste trabalho é que o estudo do nacionalismo angolano deve fundar um projecto de investigação e não um ou vários caminhos de justificação do presente. Em rigor, é tempo de exigir o desenvolvimento de um programa interdisciplinar de investigação, dos economistas aos antropólogos, dos historiadores aos sociólogos, passando pela geografia e pela demografia. Haja capacidade de unir esforços e reunir financiamentos.

Referências bibliográficas

A.A.V.V. - *Voz de Angola Clamando no Deserto, Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais* - Edições 70 - União dos Escritores Angolanos, 1984 (1ª ed., Lisboa, Typographia, 1901).

AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (dirs) - *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte, 1985.

ANDRADE, Mário Pinto de - «Correntes da prosa africana de expressão portuguesa», in *Antologia Temática, Prosa*, Argel, 1967.

ANDRADE, Mário Pinto de - *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911: 1961* - Lisboa - D. Quixote - 1997

ANTÓNIO, Mário - *A sociedade Angolana do Fim do Século XIX e Um Seu Escritor* - Luanda, Editorial Nós, 1969.

CLARENCE-SMITH, Gervase - *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola, 1840-1926* - Cambridge Univ. Press - 1979.

CLARENCE-SMITH, Gervase - *The Third Portuguese Empire (1825-1975). A study in economic imperialism* - Manchester University Press, 1985.

COHEN, Abner - *The Politics of Elite Culture. Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society* - Berkeley, University of California press - 1981.

CUNHA, Joaquim M. da Silva - *O trabalho indígena: estudo de direito colonial* - Lisboa, Agência Geral Colonial, 1949.

DAVIDSON, A. Basil et al. - "Política e Nacionalismo nas Áfricas Central e Meridional, 1919-1935", in BOAHEN, A. Adu (coord.) *História Geral de África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*, ATICA/UNESCO, 1991, p. 679-715.

GABRIEL, M. Nunes, KAMBWA, Augusto, GONÇALVES, António C. - *Subsídios para a história do Seminário de Luanda no Iº Centenário (1861-1961)* - Luanda - 1961.

GONÇALVES, António Custódio - *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIII ème siècle*, Londres/Munique, Weltforum Verlag, 1980.

GONÇALVES, António Custódio - "Analyse Sociologique du Tokoïsme en Angola" - *Anthropos*, 79, 1984, p. 473-483.

JÚNIOR, António de Assis - *Relatório dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala* - 1917.

JÚNIOR, António de Assis - *O Segredo da Morta. Romance de costumes angolenses*, Luanda, Editora "A Lusitana", 1935.

LOPES, Carlos - *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance - pré-coloniais*, Lisboa, CNCDP, 1999.

LOPO, Júlio Castro - *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda - CITA, 1964.

MARGARIDO, Alfredo - "The Tokoist Church and the Portuguese Colonialism in Angola" in R. CHILCOTE (org.) *Protest and Resistance in Angola and Brazil* - Berkeley Univ. of California Press - 1972 - p. 29 - 72.

MARGARIDO, Alfredo - *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra de Jogo, 1980.

M'BOKOLO, Elikia et al. - *Afrique Noire. Histoire et civilisations*. t. 2, Paris, Hattier, 1992.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de Oliveira - *A formação da literatura angolana (1851-1950)*- Lisboa, IN-CM, 1997.

PÉLISSIER, René - *Les guerres grises: résistance et révoltes en Angola (1845-1941)* - Orgeval - Ed. Péliissier - 1977.

PÉLISSIER, René - *La colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)* - Orgeval, Ed. Péliissier - 1978

PRAZERES, Eduardo Ayala dos - *A pauta das alfândegas de Loanda, Benguella e Mossamedes aprovada por decreto de 16 de Abril de 1892* - Loanda, Typ. Cunha & Sobrinho, 1892.

Relatório e Contas da Gerência de 1897. Parecer da Comissão Revisora da Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, Papelaria e Typographia, Rua da Escola Polytechnica, 1898.

VENÂNCIO, José Carlos - *Literatura e poder na África lusófona*, Lisboa, ICALP, 1992.